

**A POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES:
CONCEPÇÕES DE FORMAÇÃO**

Inácia Roselli de Queiroz Farias (PPGEEd UFCG)

Melânia Mendonça Rodrigues (PPGEEd UFCG)

1. Introdução

O trabalho apresenta um recortada dissertação de mestrado que estamos desenvolvendo, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFCG, acerca do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), objetivando analisar as concepções de formação e de professor norteadoras desse Programa.

Esse estudo, de caráter bibliográfico e documental, parte da contextualização do PNAIC no âmbito da Política Nacional de Formação de Professores implementada desde a década de 1990, apontando as justificativas e finalidades de sua implementação, bem como suas orientações ideológicas e pedagógicas. No presente texto, sintetizamos os principais achados da nossa pesquisa acerca desses aspectos.

2. Traços gerais da Política Nacional de Formação de Professores

No Brasil, a década de 1990 foi marcada pelo processo de reformas do Estado e da educação, tendo em vista a crise estrutural do capital que antecedeu esse período, consequentemente, o interesse do capital nessa redefinição no papel do Estado e como a educação se configurou no cenário propício para formação do sujeito necessário no tocante a acumulação do capital.

A formação de professores ganha, na década de 1990, importância estratégica para a realização das reformas educativas (FREITAS, 1999). A formação de professores constitui-se num mecanismo importante na reforma educativa, para viabilizar as mudanças no setor educacional, uma vez que os professores configuram-se, também, como instrumentos de disseminação de determinada ideologia e de implementação das novas políticas educativas. O cenário brasileiro, na década de 1990, foi permeado, por um lado, por reformulações e convencimento, por parte dos que formularam e conduziram a reforma e, por outro, por aceitação para os que foram responsabilizados pela implantação de tais reformulações.

VII SEMINÁRIO EM PESQUISA EM POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

AJUSTE NEOLIBERAL, NEOCONSERVADORISMO E POLÍTICA

EDUCACIONAL NO GOVERNO BOLSONARO:

TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA PESQUISA

12/12/2018



Nessa perspectiva, são acentuadas as definições do Banco Mundial no tocante à educação, a saber: legislação, currículo, formação de professores e indicadores que avaliam todos os níveis de ensino. Aspectos que estão em consonância com a preparação do novo perfil de cidadão (trabalhador) que se faz necessário no mercado de trabalho, ou seja, que atendam às exigências do grande capital. Nessa perspectiva, há um esforço coordenado empreendido entre o BM, o governo federal do Brasil com os entes federados e com a sociedade civil, no sentido de instaurar um novo modelo de formação humana, de acordo com os ideais do mercado, em que a educação volta-se à formação do “capital humano”.

Sob a ótica de Souza (2009) a teoria do capital humano tem colocado a relação entre educação e desenvolvimento humano numa só direção. De acordo com a autora, essa relação tem-se dado no

contexto histórico de um capitalismo que objetiva a apropriação dos conhecimentos para aumentar a capacidade de trabalho para o capital, isto é, um capital como fator de produção em busca de crescimento econômico. Enfim, as perspectivas neoliberais mantêm essa ênfase economicista, utilizando a educação para um bom desempenho do mercado e de sua expansão do crescimento econômico (SOUZA, 2009, p. 7).

O capitalismo tem permeado o campo educacional, direcionando o tipo de cidadão a formar para a sociedade, tendo em vista que o indivíduo formado, conforme orientação desse sistema, vai fortalecer o crescimento do mercado capitalista, o que implica dizer em lucros para o mercado em detrimento da qualidade de educação. A formação do capital humano estar em consonância com as exigências do mercado de trabalho, destacando a mão de obra humana como mecanismo para o lucro do capital, o qual configura-se um dos pilares da teoria tecnicista (RAMOS, 2010).

Em resgate histórico acerca da formação docente Freitas (2002) faz referência ao modelo tecnicista, concepção pedagógica predominante na década de 1970. De acordo com a autora, esse modelo foi superado na década de 1980 (a partir de lutas das representações das categorias da educação), todavia, retorna, mais fortemente, na década de 1990, com uma nova roupagem, o denominado neotecnicismo (SAVIANI, 2007). Freitas (2014) corrobora com essa discussão ao fazer uma análise dos propósitos dos atuais reformadores da educação, afirmando que a filosofia pragmatista do século passado foi retomada de acordo com “exigências tecnológica e de controle social

e lhe dão aparência de ‘inovação’, o que, para o autor, “trata-se novamente de adaptar a escola às exigências oriundas do mundo do trabalho e, [...] a recompor taxas de acumulação de riqueza” (p. 1105).

3. Considerações

A política de formação de professores desde os anos 1990, a partir da reforma educacional, vem sendo alvo de transformação e sofre forte influência, sobretudo, do Banco Mundial. Dessa forma, a política de formação docente e as exigências do capital caminham na mesma direção, isto é, de formar o capital humano na concepção tecnicista, conseqüentemente, uma formação centrada para o mercado de trabalho.

4. Referências

FREITAS, H.C.L. A reforma universitária no campo da formação dos profissionais da educação básica: as políticas educacionais e o movimento dos educadores. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 20, n. 68, dez. 1999.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, 2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 3 de dez. de 2018.

FREITAS, Luís Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1085-1114, out.-dez., 2014.

RAMOS, Marise. **Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil**: um estudo a partir da formação do trabalhadores técnicos da saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010. 290 p.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan-abr. 2007.

SOUZA, Luciene Maria de. **Estado e políticas públicas educacionais**: reflexões sobre as práticas neoliberais. V Simpósio Internacional O Estado e as Políticas educacionais no Tempo Presente. Uberlândia, MG, 2009.